



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas para Infância e Juventude

POLÍTICAS SOCIAIS NA JUVENTUDE: EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA NAS PERIFERIAS.

NAYRA GABRIELLE MAMEDES DA SILVA ¹
ARIANE DA SILVA NUNES ¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo a busca de trazer reflexões teóricas acerca da ligação das políticas sociais, como a moradia em enfoque de um direito essencial para a efetivação dos direitos como educação, saúde, e a arte e cultura, busca mostrar a formação das políticas sociais com base em duas grandes referências para o Serviço Social Behring e Boschetti, trazendo como principal debate as políticas sociais e públicas para a Juventude, apresentando como se organizou e a necessidade de organização de política especialmente para a Juventude, e os programas que serão criados especialmente para atender e legitimar direitos aos Jovens de 15 a 29 anos, a importância deste trabalho é que para além de compreender as políticas sociais, públicas e como ela se efetivou, mas também a ligação com a arte, cultura na periferia e a educação da Juventude.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Mato Grosso

Palavra Chave: Política Social, Juventude, Educação.

Abstract: The present work aims to bring theoretical reflections about the connection of social policies, such as housing in focus of an essential right for the realization of rights such as education, health, and art and culture, seeks to show the formation of policies based on two major references for Social Service Behring and Boschetti, bringing as the main debate social and public policies for Youth, presenting how it was organized and the need to organize a policy especially for Youth, and the programs that will be created especially to meet and legitimize the rights of young people aged between 15 and 29, the importance of this work is that, in addition to understanding social and public policies and how they were implemented, but also the connection with art, culture in the periphery and education in the Youth.

Keywords: Social Policy, Youth, Education.

1. INTRODUÇÃO

O hodierno artigo tem por finalidade suscitar ponderações a respeito das políticas sociais na juventude, retratando sua formação no contexto brasileiro, fomentando reflexões de como se desenvolve a partir das contradições capitalista, logo trazendo a ligação das políticas sociais com a juventude, salientando sua conexão com as políticas públicas, além de ressaltar os direitos que estes jovens têm assegurado, apresentando-lhes diversos programas governamentais constituídos justamente para o benefício de uma juventude que possui pouco acesso aos bens de serviço.

Visando elucidar que os direitos só são construídos e garantidos através de mobilizações e consciência de cidadania, para além de reflexões teóricas acerca da ligação das políticas sociais, como a moradia em enfoque de um direito essencial para a efetivação dos direitos como educação, saúde, e a arte e cultura, busca

mostrar a formação das políticas sociais com base em duas grandes referências para o Serviço Social Behring e Boschetti.

As autoras trazem como principal debate as políticas sociais e públicas para a juventude, apresentando como se organizou e a necessidade de organização de política especialmente para a juventude, e os programas que serão criados especialmente para atender e legitimar direitos aos jovens de 15 a 29 anos.

A importância deste trabalho é que para além de compreender as políticas sociais, públicas e como ela se efetivou, mas também a ligação com a arte, cultura na periferia e a educação da juventude que é de suma importância para a autonomia intelectual desses jovens que são o futuro da nação não somente brasileiro mas em nível mundial, para que haja a compreensão da importância desses jovens nas universidades e assim ter o acesso à informação e conhecimento.

2. FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.

As políticas sociais são frutos de reivindicações sociais, que são apropriadas pela classe no poder e repassada de uma forma que atendam às necessidades reivindicadas, mas, de forma que não afetem o percurso do capital, ou seja, as políticas sociais resultam das relações contraditórias entre Estado e Sociedade Civil e da luta de classes instaurada no processo de produção e reprodução do capital, para a compreensão da política social em sua totalidade faz-se necessário compreendermos as determinações históricas e econômicas do desenvolvimento do capitalismo, seu processo de acumulação, a luta de classes e a regulação do Estado.

Tendo em vista que são ditas como paliativas, ou seja, na perspectiva liberal a miséria poderia ser enfrentada via caridade privada. A consolidação e expansão das políticas sociais se reformulam em um cenário no qual o capital está se remontando para tentar superar dois grandes marcos, a segunda guerra mundial e a depressão de 1929-1932.

É fundamental identificar as forças políticas que se organizam no âmbito da sociedade civil e interferem na conformação da política social, de modo a identificar sujeitos coletivos de apoio e/ou de resistência a determinada política social, bem como sua vinculação a interesses de classe. Essas forças sociais podem situar-se tanto no âmbito dos movimentos sociais de defesa de trabalhadores, quanto no de defesa de empregadores e empresariado, bem como de organizações não governamentais, que muitas vezes se auto proclamam “imparciais”, mas que, submetidas a uma análise mais minuciosa, acabam revelando seus interesses de classe (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 45).

No Brasil é traçado um panorama da política social no contexto da ditadura até a redemocratização e como isso se reflete nas conquistas sociais, ou seja, as políticas sociais se originam a partir dos movimentos de massa socialmente democratas e à formação dos estados-nação na Europa Ocidental do final do século XIX, porém sua generalização situa-se na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista especialmente em sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes [...] a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadoras [...] (NETTO, 1996, p.26-7).

O desenvolvimento da política social no Brasil ocorre de forma lenta e gradual a partir de 1930 – 1943 em razão da particularidade e especificidade da formação nacional, isso ocorre até o período da ditadura militar, pois após a crise de 1930 vai demandar ações de intervenção ativa, para regular a economia como forma de evitar quebras que são próprias do sistema capitalista, a teoria mais completa que compreende a crise é a teoria keynesiana, dado que se notam as formações capitalistas retardatárias (periféricas ou dependentes), onde se vê que as políticas sociais não se generalizam das crises capitalistas.

Sendo que a partir de 1930 ocorre a criação do Ministério do Trabalho e em 1932 que há a implementação da Carteira de Trabalho, como forma de garantir alguns direitos básicos trabalhistas que seriam assegurados por lei, porém não seria a população no geral que conseguiria ter a carteira assinada, e é a partir de 1930

que também é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, como forma de oferecer educação e saúde de forma gratuita a sociedade e que fosse mais acessível à população.

No que se refere a assistência social seria a partir da criação da LBA (Legião Brasileira de Assistência), porém com uma vertente assistencialista, clientelista e em decorrência do primeiro-damismo, visto que a primeira dama vigente que estaria à frente do projeto e das coordenadas e há a criação e desenvolvimento de outros projetos em outras áreas que sejam voltadas para atender as necessidades sociais.

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. (FALEIROS,1991, p.8)

O Estado liberal desenvolveu as políticas sociais no sentido via mercado, não para instaurar um pleno alcance de direitos, pois no Estado liberal há a negação das políticas sociais como forma de enfrentamento da questão social. As políticas sociais desenvolvidas nesse período, não tendo como alvo o fim das desigualdades ou conter as expressões da questão social de forma interventiva. O Estado se mostra fraco no que diz respeito de assegurar direitos, dessa forma cabe pontuar que, essa forma de ação mínima do Estado Liberal é expressada no sentido do individualismo.

Neste cenário o modelo keynesiano, fordista é emergido para atender as demandas do crescimento econômico, pleno emprego e uma conciliação entre a direita e a esquerda que se deu nos países de capitalismo central, nesse modelo há uma extensão de direitos, não só os trabalhadores formais que possuíam acessos a seguridade, pois com o novo desenho das ações das políticas públicas se coletiviza os direitos da seguridade social por meio do reconhecimento de visar os indivíduos como cidadãos de direitos. Assim o Estado se responsabiliza pela manutenção e condição de vida da população, contando com um forte ampliamiento dos serviços sociais para atender as demandas da população.

Na concepção do Estado de Bem-Estar social, cabe aos indivíduos de cada família buscarem melhoramento de vida, pois na lógica liberal é pela venda da força de trabalho que seriam alcançados os acessos aos serviços. Quando é elencado a miséria, no pensar liberal é tido como algo, por decorrer da moral humana e não

com o vínculo das distribuições das riquezas, que leva a pauta de ajudar a quem mais precisar, se baseando em leis de necessidades.

É pelo Estado Bem-Estar que o Estado garante ao cidadão a oportunidade de acesso gratuito a certos serviços e a prestação de benefícios mínimos para todos. Nos Estados Unidos, esses benefícios dependem de critérios rigorosos de pobreza e os serviços de saúde não são estatizados, havendo serviços de saúde para os velhos e pobres. O acesso geral à educação, à saúde e à justiça existente na Europa decorre de direitos estabelecidos numa vasta legislação que se justifica em nome da cidadania. O cidadão é um sujeito de direitos sociais que têm igualdade de tratamento perante as políticas sociais existentes (FALEIROS,1991, p.20).

O Estado começa a pensar formas de ação de sobre as classes, que pudesse apassiva-las, pois estavam influenciados pelo anarquismo, pela fundação do partido comunista brasileiro 1922, a Revolução Russa de 1917 no contexto de crise que fazia que o pauperismo e a miséria se agravasse, dessa forma cabe ao Estado intervir não apenas a partir da repressão com um olhar atento às necessidades do povo.

É neste contexto que a questão social deixa de ser caso de polícia para ser caso de política pública, uma vez que a política social surge com uma visão assistencialista para responder as a demandas da sociedade e garantir hegemonia, ou seja, explica sua existência como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora, porém a política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, porém ela não se desenvolve como nos países de capitalismo central, as classes trabalhadoras estavam mais desenvolvidas politicamente, conseguiram alçar instrumentos que no Brasil ainda estava se iniciando, como por exemplo, a forte organização sindical, a regulamentação da jornada de trabalho.

A generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.64).

As políticas sociais, em razão de sua configuração sob a ótica do Neoliberalismo, exercem um papel de administração da pobreza, fazendo o socorro das mazelas do capitalismo na gestão do status quo, sua dinâmica com o

capitalismo neoliberal se dá em oposição e em relação a este, ou seja, ela emerge do bojo do próprio capitalismo.

As políticas sociais se generalizam nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, e também foram o resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.71).

As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão, as políticas sociais são entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força.

3. POLÍTICAS SOCIAIS NA JUVENTUDE

No âmbito das políticas sociais na juventude é necessário salientar sua conexão com as políticas públicas, que são formas de políticas implementadas principalmente pelo Estado que pretendem garantir melhorias para a sociedade, através de iniciativas que contribuam para a redução de desigualdades e controle das esferas da vida pública para garantir os direitos dos cidadãos.

É preciso entender ainda que as políticas públicas enquanto um conjunto de ações são coordenadas com um objetivo público para resolver um problema público, ou seja, são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução de problemas da sociedade, visando alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

No final da década de 70 e início da década de 80 houve um BOOM demográfico onde muitas pessoas nasceram, e houve um alargamento na pirâmide

etária em relação aos jovens. O Estado brasileiro já tinha problemas em atender as demandas sociais da população como saúde, educação, saneamento básico, moradia, lazer etc., e isso só se agravou devido esse evento. Isso foi um dos maiores motivos para que fosse necessário levantar a pauta de políticas públicas para a juventude para que pudessem atender todos esses e jovens.

Nos anos 1990, alguns mediadores externos, organizações não governamentais, igrejas e órgãos governamentais, desenvolvem projetos sociais, voltados para jovens em situação de risco, moradores de periferias urbanas que são consideradas regiões pobres e violentas, com recursos provenientes da cooperação internacional de entidades, governos, igrejas e bancos/agências de desenvolvimento), diferentes objetivos e concepções estiveram presentes nesses espaços frequentados por jovens de projetos (NOVAES, 2006).

Destarte que a temática das políticas públicas na juventude na esfera nacional de forma concreta é recente, essa inserção proporciona aos jovens um projeto de ação de construção para o futuro, haja visto que são tidos como o futuro da nação, partindo do pressuposto de que os jovens representam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações, pois enquanto cidadãos são detentores de direitos e portanto são protagonistas de seus próprios sonhos.

Na atual conjuntura a juventude tem se tornado protagonistas no cenário político brasileiro motivado por um senso de dever e ética com as causas sociais e se envolvendo com as mais diferentes temáticas, pois estes jovens precisam ser incluídos no desenvolvimento para que ela possa dar continuidade mais a frente, sendo necessário a inserção da juventude nas demandas da sociedade, ou seja, na discussão das mais variadas questões como cotas e financiamentos para estudantes, questões de raça, gênero, classe social, construindo socialmente o seu conteúdo e conceito estratégico de sociedade.

De modo que a garantia dessa implementação vem através da participação dos jovens, discutindo as problemáticas para o alcance das potencialidades, ou melhor, é preciso de políticas que lhe assegurem uma educação acessível e de

qualidade, formação profissional adequada, oportunidades dignas de trabalho e renda, alternativas de lazer saudável e aconselhamento sobre reprodução e saúde sexual.

Tanto que o grande desafio das políticas públicas da juventude é transformá-las em políticas de Estado, sendo preciso assegurar que independentemente de quem esteja governando o tema juventude esteja sempre presente na agenda das políticas públicas, esse desafio tem sido implementado com a aprovação do Estatuto da Juventude que, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, ou o Estatuto do Idoso, hoje em dia tem força de Lei e não dependendo do governante.

Visando proporcionar o reconhecimento da diversidade da juventude, o Governo Federal passou a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional e compreende que Política Pública da Juventude não representa gastos e sim um grande investimento para o futuro da juventude. Visto que os jovens brasileiros mostram-se vulneráveis a questões como desemprego, violência e drogas, que vêm somar-se às mazelas decorrentes da escassez de investimentos em educação, saúde, cultura e esporte.

Com o objetivo de sanar essas necessidades da juventude o Ministério do Trabalho, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), além de criar o Programa Auxílio Desemprego, criou o PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação Profissional), que, embora destinado a todos os desempregados e aos trabalhadores inseridos no processo de reestruturação produtiva, teve como público alvo os jovens de baixa escolaridade, especialmente em conflito com a lei e os excluídos em geral. Segundo Gonzales (2009), o PLANFOR, vigente entre 1995 e 2002, chegou a ter, em seu último ano, 40% dos educandos situados na faixa entre 16 e 24 anos.

Porém ainda eram políticas universais, fomentando o debate para que estes jovens começassem a reivindicar seus espaços e direitos. E em 2003 constituiu-se a primeira Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude na Câmara Federal (CEJUVENT). Esta Comissão fez audiências públicas por todo o Brasil, realizou uma

Conferência Nacional em Brasília e também promoveu visitas internacionais, assim como elaborou documentos que serviriam de base para a construção de marcos legais (uma Emenda Constitucional, o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude).

No ano de 2004, criou-se um Grupo Interministerial para examinar as políticas dirigidas à juventude. Reunindo 19 Ministérios, este grupo também produziu um diagnóstico e fez recomendações para maior integração e complementaridade entre programas e ações governamentais. Entre junho e setembro de 2004, os resultados de todas estas iniciativas chegaram à Presidência da República. Para além de diferenças de ênfase, todos reiteraram um ponto: a necessidade de criação de um espaço institucional “de Juventude”.

E em 2005 foi enviada ao Congresso, modificada e sancionada pelo presidente da República, que todos os jovens brasileiros, de 15 a 29 anos, são potencialmente beneficiários desta nova política, a lei vigente (Lei 11.129, de 30/06/2005) criou as seguintes instâncias:

- A **Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)**, integrada à Secretaria Geral da Presidência da República, com o objetivo de articular Programas e Ações do governo federal voltadas para a juventude;

- O Conselho **Nacional da Juventude (Conjuve)**, com objetivo de formular diretrizes, discutir prioridades e avaliar programas e ações governamentais voltados para jovens. Tem caráter consultivo, sendo formado por representantes do poder público (1/3) e da sociedade (2/3);

- O Programa **Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)**, um programa de caráter emergencial, inicialmente voltado para jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental. A originalidade do ProJovem está em seu projeto pedagógico, que articula escolaridade, preparação para o mundo do trabalho e participação cidadã.

Depois, o ProJovem original teve mudanças na faixa etária (incluindo jovens de 15 a 29 anos) e passou a ser denominado ProJovem Urbano, uma das modalidades do ProJovem Integrado, que incluía, ainda, o ProJovem Adolescente, o ProJovem Trabalhador e o ProJovem Campo, articulando vários Ministérios sob a

coordenação da Secretaria Nacional de Juventude. Que passou a integrar o Sistema Nacional de Educação, sob a coordenação do MEC, contando com a colaboração da SNJ na formação de professores e gestores (especificamente sobre o tema juventude) e na avaliação de efeitos do Programa na vida dos jovens.

4. ARTE E CULTURA NA PERIFERIA E EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE

"Cada maloqueiro tem um saber empírico"

Criolo, música Esquiva da Esgrima

Desafiamos a dizer que tudo está estritamente ligado ao direito à moradia e ligação com a negação e privação de direitos básicos, bem como os temas que pretendemos tratar aqui a arte, cultura e educação como direito desta juventude.

É preciso aqui então trazer um recorte histórico da construção da sociedade brasileira, primeiro fato é colonização dos povos indígenas, e o surgimento deste país através da escravidão dos povos negros, este país é marcado pela escravidão e a tentativa de catequização dos povos originários, sendo assim este país nasce dependente, tão dependente que é este país, em conjunto com toda América Latina que vai servir como rato de laboratório, para o capitalismo.

Sendo assim é importante entender a crise urbana no Brasil, todo o debate acerca das desigualdades socioespaciais e o seu déficit habitacional, para além da compreensão que colocamos aqui do interesse dos capitalistas de tornar tudo mercadoria, inclusive as terras, são essas características essas que se mantêm, visto que o acesso à terra é um nó na sociedade brasileira (MARICATO, 2008) e a renda da terra e a propriedade privada são características estruturais do capitalismo e tornam a moradia e a cidade mercadorias a venda.

Em 2019, o principal componente do déficit habitacional no Brasil foi o ônus excessivo com o aluguel urbano. Ao todo, 3,035 milhões de domicílios, cuja renda domiciliar era inferior a três salários mínimos, utilizaram mais de 30% dela com aluguel, o que representa 51,7% do total do déficit do país. Em seguida, vieram as habitações precárias, com 1,482 milhão de unidades, o que corresponde a 25,2% do déficit, e, por último, a coabitação, com 1,358 milhão de domicílios, equivalente a 23,1% do déficit total (TABELAS 41, 42). O ônus excessivo com o aluguel urbano foi o principal componente do déficit habitacional em quatro das cinco regiões geográficas do país. Apresentou maior relevância no Sudeste (67,6% do déficit total, equivalente a 1,545 milhão de domicílios), Centro-Oeste (59,3%, ou 280 mil domicílios) e Sul (58,7%, 363 mil domicílios). (Fundação João Pinheiro (2021))

É fundamental compreender como se estrutura a questão urbana no Brasil e o direito à moradia, com destaque para o seu entendimento no âmbito do sistema capitalista. Quando neste texto citamos sobre o capitalismo, o entendemos como um sistema que foi imposto e construído para que atendesse e representasse aos interesses daqueles que possuem os monopólios.

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (MARX, 2011, p. 1013/1493)

Nesse contexto, no âmbito do sistema capitalista a moradia é uma questão porque se, acessada via mercado, não será para todos, mesmo que existam casas para todos. Como observado aqui perpassa a todas as expressões e opressões desse sistema, o qual está imposto à classe trabalhadora. É necessário compreender então que a questão da moradia precária e como mercadoria possui relação com o sistema capitalista, que avança e gera uma “crise urbana” em que só pode ser solucionada através da organização coletiva da classe trabalhadora em defesa e em luta pela reforma urbana (MARICATO, 2015).

Outrossim, a negação e a defesa de que a moradia é uma mercadoria, e o processo histórico do Brasil de industrialização, e também a precarização da força de trabalho, o achatamento de salários, essas famílias se encontram construindo suas casas e muitas delas como favelas ou entorno de córregos e afastados dos lugares de acesso aos equipamentos, esse fenômeno é autoconstrução de moradias.

Sendo o ponto que desejamos tratar aqui é de como as questões relacionadas a moradia afeta a vida a vida da Classe Trabalhadora, e como os equipamentos para a promoção de Educação, Cultura e Lazer, são negados, porém

é necessário pontuar que a Arte e Cultura para a periferia, mesmo que seja um espaço negado, eles ocuparam e utilizaram como forma de denúncia e resistência. mesmo com as violências sofridas na periferia é que são presente no cotidiano dessa juventude que sofrem repressão a exemplo das polícias, por isso existem um movimento dessa juventude, um levante de resistência e denúncias pela desmilitarização da PM.

O termo Periferia é, a princípio, geográfico. No entanto, sem a ciência de que existem características sociais próprias dentro desse espaço geográfico, a caracterização Periferia tal qual se compartilha em nossa sociedade não faria sentido. A luta pelas classificações sobre o que seja Periferia centrou-se no estabelecimento dos elementos contidos nas características sociais do termo (D'ANDREIA, 2013, p. 276).

A juventude é a voz, e o futuro deste Brasil, os Jovens são a transformação, não é porque os jovens são o futuro desse país que devem ser deixados para depois, muito pelo contrário eles estão no aqui e agora e vivendo o presente, a Juventude tem utilizado da arte e da Cultura, para dar voz a muitas e muitos, tem denunciado os inumeros ataques, bem como o racismo, a retirada de direitos, a criminalização dos povos negros e os reppers, capoeirista e dentre outros meios artisticos que vão ser criminalizados, pautando a necessidade de transforção humana e construção de um mundo novo, bem como a garantia de direitos básicos como saúde, transporte e educação.

No caso da educação, políticas públicas são voltadas principalmente à juventude de baixa renda, são políticas que permitem o ingresso de pessoas com baixa renda ao ensino superior privado: como Prouni (Programa Universidade para Todos)e o Fies (Financiamento Estudantil).

Ambos são políticas públicas que resultam de ações do Estado para viabilizar o direito à educação ao cidadão e assim garantir o direito à educação conquistado através de lutas sociais, sendo que também é previsto no art. 205 da Constituição Federal de 1988, possibilitando que as escolas, além do conhecimento formal, gerem capacitação e profissionalização aos estudantes.

Na época, entre jovens moradores de áreas pobres e violentas, começaram a proliferar novos coletivos juvenis, chamados “grupos culturais”. em torno de estilos musicais, artes gráficas e danças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, este trabalho teve como perspectiva trazer debates da ligação das políticas sociais e de que maneira essas políticas sociais tem se apresentado nas particularidades da juventude, tratou também de trazer a história das políticas públicas para a juventude e as leis e direitos que são garantidos à juventude.

É importante aqui ressaltar a necessidade e importância de se debater acerca das políticas e direitos da juventude e que esses Jovens, e para que esses Jovens tenham acesso às informações de seus direitos. Os jovens são o presente e o futuro do Brasil, é necessário que estes jovens tenham seus direitos efetivados, bem como moradia, educação, saúde, transportes e dentre outros.

É necessário garantir a participação da juventude em espaços de tomada de decisão, a juventude tem voz e autonomia e precisa que ela seja garantida e que seja o mais alto possível, a apesar dos inúmeros retrocessos a juventude de se colocado a debater e usar de suas criatividade para propor mudanças e construir não só um Brasil novo,mas um mundo novo, pautando o poder popular ou seja poder para o povo.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALFONSIN, Betânia de Moraes. Direito à Moradia: instrumentos e experiência de regularização fundiária nas cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1997.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2)

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado capitalista: as funções da

previdência e da assistência social. São Paulo: Cortez, 1980.

____ O que é Política Social. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de Emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In Juventude e Políticas Sociais no Brasil, IPEA, Brasília, 2009.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano XVII, n.50, abril de 1996.

NOVAES, Regina Reyes. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: NOVAES, Regina et al. Juventude e contemporaneidade. Brasília: Unesco, 2006.

SPÓSITO, Marília. Espaços Públicos e Tempos Juvenis. Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. Editora Global, São Paulo, 2007.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. Tese de Doutorado, USP, 2013.